

BANCADA EVANGÉLICA: UMA ELITE PARLAMENTAR?

EVANGELICAL BENCH: A PARLIAMENTARY ELITE?

Alexandre Barbalho ¹

Giuliano Barboza ²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar se os deputados ligados à Bancada Evangélica (BE) integram a elite parlamentar brasileira e ocupam espaços de poder no Congresso Nacional. A hipótese é a de que tanto pelo seu tamanho, quanto pela exposição midiática que alcançam seus membros e suas agendas, a BE consegue impor nomes nas posições estratégicas da Câmara Federal e participar das tomadas de decisão sobre os temas centrais da agenda do poder legislativo. Para dar conta desta hipótese, se identificou se os parlamentares evangélicos 1. ocuparam cargos relevantes nas Mesas Diretores e nas Comissões Permanente e 2. foram citados na pesquisa “Os cabeças do Congresso Nacional”. Como resultado, conclui-se que, a despeito de seu tamanho e visibilidade, os deputados evangélicos, em sua grande maioria, não fazem parte da elite do Congresso Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Elite; Evangélicos; Poder Legislativo

ABSTRACT: The objective of this work is to investigate whether the deputies linked to the Evangelical Bench (EB) are part of the Brazilian parliamentary elite and occupy spaces of power in the National Congress. The hypothesis is that both due to its size, as well as the media exposure that its members and their agendas reach, EB is able to impose names on the strategic positions of the Federal Chamber and participate in decision-making on the central themes of the legislative power agenda. To account for this hypothesis, it was identified whether evangelical parliamentarians 1. occupied relevant positions in the Executive Boards and Permanent Commissions and 2. were mentioned in the survey “The heads of the National Congress”. As a result, it is concluded that, despite their size and visibility, evangelical deputies, for the most part, are not part of the elite of the National Congress.

KEYWORDS: Elite; Evangelicals; Legislative power

¹ Professor dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrealmidabarbalho@gmail.com

² Jornalista. Mestre em Políticas Públicas e Planejamento pela Universidade Estadual do Ceará. giulianovanderson@gmail.com



INTRODUÇÃO

É fato incontestável que as discussões sobre a política brasileira contemporânea, tanto na academia, quanto em diferentes espaços de sociabilidade, abordam com frequência a atuação dos parlamentares evangélicos, integrantes de vários partidos, inclusive de esquerda, e reunidos na Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ou simplesmente Bancada Evangélica (BE), criada em 2003.

Até os anos 1970, a atuação política dos evangélicos era extremamente tímida, limitando-se a demandas de caráter corporativo, como comprova o bordão da época de que “crente não se mete em política”. Se sempre houve uma proporção ainda que pequena de cristãos protestantes no poder legislativo entre 1945 e 1986, os pentecostais eram conhecidos mesmo por seu alheamento em relação à vida política (PIERUCCI, 1996).

Porém, na década seguinte, observa-se uma mudança de postura entre os pentecostais com a publicação do livro *Irmão vota em irmão. Os evangélicos, a constituinte e a bíblia* de Josué Sylvestre em 1986. Pertencente à Assembleia de Deus e assessor do Senado, o autor criou um mantra que passou a nortear as igrejas evangélicas brasileiras: “Pastores do Brasil, em nome de Jesus Cristo, despertem para a realidade da conjuntura nacional; não deixem seus ‘rebanhos’ sem uma orientação segura, coerente, oportuna e bíblica” (SYLVESTRE, 1986, p. 83). Esta passagem, de acordo com Trevisan (2013), é uma das principais motivações dos líderes pentecostais para sua mudança de atitude em relação à política. A isso, soma-se o crescimento do número de evangélicos no país, ou seja, de potenciais eleitores.

Desta forma, no processo eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1987, os evangélicos se articularam diante do temor de que a Igreja Católica se fortalecesse e retomasse seus privilégios junto ao Estado, ou que houvesse uma ameaça à liberdade religiosa e à moralidade cristã por conta de congressistas não religiosos. Com isso, lançaram candidatos e 32 deles foram eleitos. Daquele momento em diante, passou a valer o slogan: “irmão vota em irmão” – o que resultou no gradual crescimento no número de deputados evangélicos no país, a ponto de se transformar em um fenômeno hoje incontornável para quem pretende analisar a política brasileira.

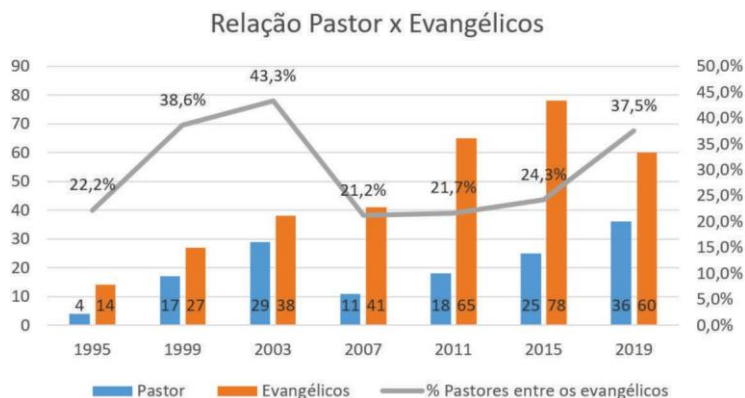
Este agendamento do debate público por parte dos deputados evangélicos, se deve, por um lado, ao tamanho da BE dentro do Congresso - em matéria de início de 2020, o jornal *A Folha de São Paulo* informa que este bloco reúne, oficialmente, 195 congressistas, ou seja, 38% do total, e a expectativa de seus integrantes é que esse número cresça nas próximas eleições federais (2022), tanto em dimensão, quanto em engajamento³. Segundo levantamento feito para este artigo no site da Câmara Federal, na legislatura eleita em 2018, pela primeira

³ Sub-representados, evangélicos veem espaço para crescimento no Congresso. *Folha de São Paulo*, Poder, 24.jan.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/subrepresentados-evangelicos-veem-espaco-para-crescimento-no-congresso.shtml>. Acesso em 12.fev.2020.

vez, todos os estados da Federação elegeram pelo menos um evangélico, o que demonstra a capilaridade do grupo.

Por sua vez, ainda que os deputados evangélicos tenham diversas profissões, o número daqueles que se consideram pastor cresceu nos últimos anos, reforçando a ligação da representação política com a instituição religiosa (Tabela 01)

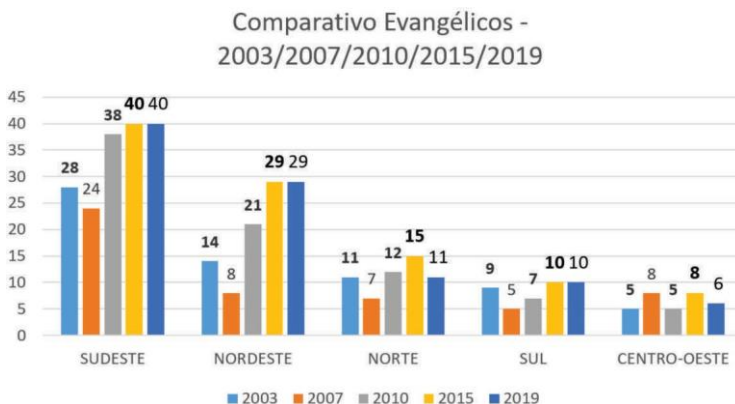
Tabela 01



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Outro dado importante relativo à morfologia da BE diz respeito à sua distribuição regional. A presença de deputados evangélicos é significativamente maior nas regiões Sudeste e Nordeste (Tabela 02), com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Quadro 01).

Tabela 02



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Quadro 01

UF	UF	2003	2007	2011	2015	2019	TOTAL
1°	RJ	9	9	14	15	13	60
2°	SP	7	5	12	15	16	55
3°	MG	9	6	7	6	7	35
4°	BA	6	3	5	11	10	35
5°	ES	3	4	5	4	4	20
6°	PR	3	2	5	5	4	19
7°	RS	5	3	2	4	5	19
8°	CE	3	2	3	6	5	19
9°	DF	2	4	2	5	2	15
10°	RO	2	2	3	4	1	12
11°	GO	2	3	3	2	2	12

Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

No que diz respeito à questão de gênero, como era de se esperar, na BE predominam os deputados. Contudo, observa-se um crescimento significativo da bancada evangélica feminina na última eleição (Tabela 03).

Tabela 03



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Por outro, a BE costuma pautar a grande imprensa devido ao valor notícia das propostas defendidas por seus parlamentares, voltadas principalmente para as questões morais e dos costumes, a partir de uma perspectiva

conservadora e controversa, tais como os posicionamentos relativos ao aborto, à união e aos direitos homoafetivos, à escola sem partido, à redução da maioridade penal, entre outros (PRANDI; SANTOS, 2017; QUADROS; MADEIRA, 2018). A isso, soma-se o fato de que, para propagar suas ideias e ampliar a captação de fiéis (eleitores), as igrejas cristãs, com destaque para as evangélicas, buscaram brechas e facilidades legais com o intuito de ocupar os meios de comunicação massiva. Inicialmente no rádio, posteriormente na televisão (CUNHA, 2017) e atualmente nas redes sociais da internet, as lideranças religiosas (pastores, bispos e cristãos leigos) buscam seus potenciais públicos e fortalecem seu proselitismo (MARTINO, 2003). Essas lideranças se transformam em personalidades midiáticas e, utilizando este capital midiático e o apoio/voto de suas igrejas, entram no campo político.

No entanto, a despeito desta recorrente referência aos deputados evangélicos na esfera pública brasileira, qual é, de fato, o poder desta Bancada e de seus membros? Eles conseguem assumir posições estratégicas na estrutura do parlamento, ou seja, na composição da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes? Ou fazem parte da lista dos deputados mais influentes da Câmara Federal?

O objetivo deste trabalho é investigar se os deputados ligados à BE encontram-se entre os integrantes da elite parlamentar brasileira, aquele grupo que, na definição de Messenberg (2002; 2008), se destaca dos demais congressistas por conta das posições que ocupa, dos interesses que representa e/ou da reputação alcançada. Definição que converge com as de Queiroz (2019) e Felisbino (2007), entre outros, para quem a elite parlamentar é composta por um grupo pequeno de políticos que apresentam habilidades que os capacitam nas tarefas de coordenar e decidir pelos demais colegas.

A relação entre deputados, bancada e elite se coloca como varável importante na medida no funcionamento ordinário do Congresso Nacional, a organização dos deputados em temáticas de interesses comuns (bancadas e frentes) facilita tanto a relação com o poder executivo, como potencializa sua influência e poderes dos deputados-membros sobre os demais colegas, posto que o arranjo institucional da Câmara disciplina os parlamentares a agirem coletivamente.

Dito de outra forma, os deputados evangélicos atuam como “parlamentares que, dispondo de determinados recursos de poder, exercem influência determinante nas principais decisões do Congresso Nacional e do Estado, interferindo de maneira decisiva nos rumos da sociedade” (MESSENBURG, 2008, p. 24)?

A constituição desta elite resulta da seleção e do recrutamento de determinados parlamentares para a ocupação de “espaços de poder”, espaços estes

que se referem “tanto às posições estratégicas na estrutura da organização quanto a determinadas práticas que criam e envolvem recursos de poder” (MESSENBERG, 2008, p.23). Desse modo, a ascensão de um deputado ao restrito bloco de poder do Congresso Nacional relaciona-se a determinantes específicos, que podem ser atendidos de modo parcial ou total, tais como a representação de interesses sociais e/ou institucionais organizados e a posse individual de faculdades “especiais” reconhecidas entre os membros dessa comunidade como próprias de um líder.

A hipótese da pesquisa que fundamenta este artigo é a de que tanto pelo seu tamanho, quanto pela exposição midiática que alcançam seus membros e suas agendas, a BE consegue impor nomes nas posições estratégicas da Câmara Federal e participar das tomadas de decisão sobre os temas centrais da agenda do Congresso, integrando, dessa forma, a elite parlamentar do país.

Para dar conta desta hipótese, foram estabelecidas duas frentes de análise. A primeira identificou se os parlamentares evangélicos ocuparam cargos relevantes dentro da Câmara dos Deputados entre 2003 e 2018⁴, a partir das informações disponibilizadas pelo site da Câmara Federal. Ou seja, quantos dentre eles foram presidente da Casa e membros das Mesas Diretoras, e/ou presidente de algumas das 25 Comissões Permanente.

A segunda levou em consideração a possível citação destes parlamentares na pesquisa anual feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), por meio da qual são conhecidos os “cabeças” do Congresso Nacional, aqueles parlamentares mais influentes, que por suas habilidades pessoais decidem e/ou sustentam as decisões do poder legislativo federal.

O artigo está dividido em duas partes, fora esta introdução, seguidas das conclusões. Na primeira, analisamos as posições ocupadas pelos deputados da BE na hierarquia de poder da Câmara dos Deputados. Na segunda, o análise recai sobre a presença destes deputados na lista dos “cabeças” do Congresso elaborada anualmente pelo DIAP.

A PRESENÇA EVANGÉLICA NAS POSIÇÕES DE PODER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A partir de Wright Mills e sua abordagem posicional sobre elite, ou seja, uma minoria poderosa “compuesta de hombres cuyas posiciones les permiten trascender los ambientes habituales de los hombres y las mujeres corrientes”, “oposiciones desde las cuales sus decisiones tienen consecuencias importantes”, pois se trata de “los puestos de mando de la estructura social” (MILLS, 1989,

⁴ O universo de análise é o dos deputados eleitos nos pleitos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, excluindo os suplentes.

p. 11-12), analisa-se a seguir a posição assumida na estrutura e, conseqüentemente, na hierarquia formal da Câmara dos Deputados. Começamos analisando a ocupação dos cargos de Presidente e das Mesas Diretoras (presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 3º secretário, 4º secretário, 1º suplente, 2º suplente, 3º suplente, 4º suplente) responsáveis por dirigir os trabalhos legislativos e administrativos⁵. Os cargos da Mesa são distribuídos, por ordem de importância, aos blocos ou partidos, de acordo com o tamanho de cada um.

De 2003 até 2018, foram onze presidentes, tendo dois renunciados ao cargo⁶, para os quais foram feitas novas eleições. Deste universo, apenas um era evangélico, o deputado Eduardo Cunha. Por sua vez, 101 parlamentares ocuparam cargos nas nove mesas diretoras, sendo que 12 (11,9%) eram evangélicos (Tabela 04), distribuídos de forma irregular ao longo do período analisado, mas tendo alcançado seu ponto mais alto em 2017 (Tabela 05).

Tabela 04

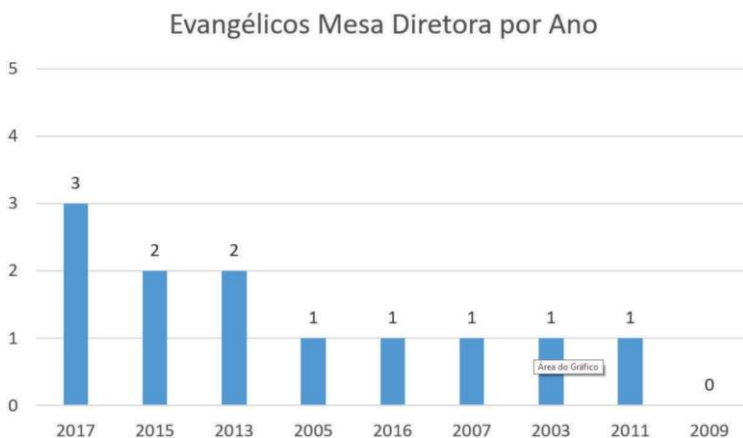


Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

⁵ Entre as atribuições específicas da Mesa Diretora estão as de elaborar pareceres; administrar as instalações físicas da Câmara Federal; decidir a ocupação do gabinete e do apartamento funcional; examinar pedidos de ressarcimento de despesas médicas; dar credencial de acesso à Casa; contratar funcionários de confiança sem concurso, além dos funcionários do próprio gabinete.

⁶ O deputado Severino Cavalcanti, por envolvimento com corrupção, e o deputado Michel Temer, que renunciou para se candidatar ao cargo de vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff em 2010.

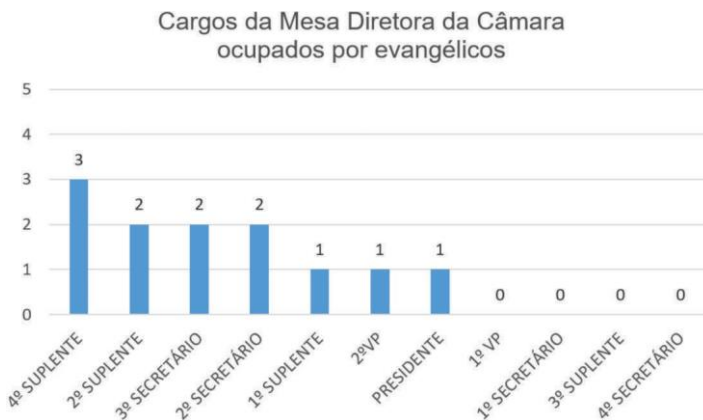
Tabela 05



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

O levantamento revela ainda que os cargos ocupados pelos parlamentares evangélicos foram os de posição mais baixa na hierarquia, com destaque para as suplências, com metade dos cargos (Tabela 06)

Tabela 06



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Analisemos, agora, as posições ocupadas pelos deputados da BE nas 25 Comissões Parlamentares permanentes, ou seja, aquelas que integram a estrutura

institucional da Casa⁷. Ainda que cada Comissão possua um presidente e três vice-presidentes, que são eleitos por seus pares, para fins desse estudo, iremos considerar apenas o primeiro, que é o cargo mais disputado entre os partidos e os blocos.

As Comissões atuam fiscalizando os atos do Governo Federal e dando pareceres de caráter técnico em seus diferentes campos temáticos, o que implica nas seguintes atribuições: discutir e votar projetos de lei; realizar audiências públicas; convocar ministros de Estado para prestar informações sobre suas atribuições; receber representação de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; e determinar a realização de diligências e auditorias de naturezas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na administração dos Três Poderes e na administração indireta, com auxílio do Tribunal de Contas da União (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s/d).

O seu caráter técnico não descarta a importância política das Comissões. Como situam Pereira e Mueller (2000), uma de suas principais funções é analisar e dar parecer sobre os projetos enviados pela Mesa Diretora. Além disso, possuem o poder terminativo ou conclusivo, ou seja, podem aprovar uma proposta diretamente, sem que seja necessário submetê-la ao plenário da Câmara.

No período abordado, foram eleitos 389 presidentes de Comissões⁸, dos quais 42 (10,8%) eram evangélicos. Como alguns deles foram eleitos para mais de uma Comissão em anos diferentes, em 46 vezes as presidências foram ocupadas por um parlamentar da BE. Eles presidiram 21 das 25 Comissões, o que revela uma significativa capilaridade temática destes deputados, contrapondo-se ao senso comum de que sua atuação é monotemática. Paradoxalmente, as exceções foram as de Finanças e Tributação (CFT), de Educação (CE), de Cultura (CCULT) e de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), o que valeria um aprofundamento das causas da não ocupação destes espaços de poder (educação, cultura e direitos da mulher), *loci* privilegiados da chamada “guerra cultural” em curso no país e alimentada, em grande parte, pelas lideranças evangélicas (ALENCAR, 2018).

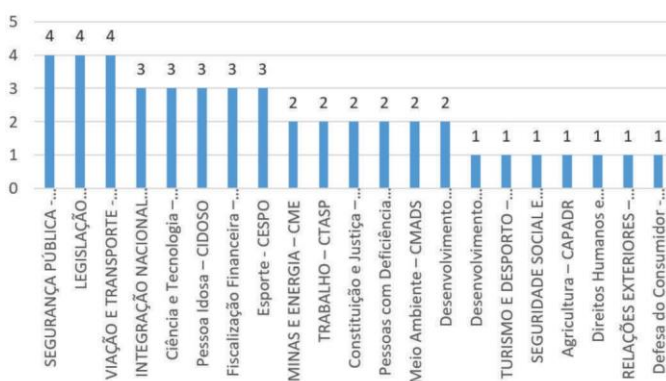
7 As Comissões Permanentes são: 1- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; 2- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; 3- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; 4- Comissão de Cultura; 5- Comissão de Defesa do Consumidor; 6- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; 7- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; 8- Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; 9- Comissão de Desenvolvimento Urbano; 10- Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; 11- Comissão de Direitos Humanos e Minorias; 12- Comissão de Educação; 13- Comissão do Esporte; 14- Comissão de Finanças e Tributação; 15- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; 16- Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; 17- Comissão de Legislação Participativa; 18- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 19- Comissão de Minas e Energia; 20- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; 21- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; 22- Comissão de Seguridade Social e Família; 23- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; 24- Comissão de Turismo; 25- Comissão de Viação e Transportes.

8 Algumas das comissões foram criadas depois de 2003, então nem todas tiveram 16 eleições, tendo em vista que cada mandato de presidente dura um ano.

As Comissões mais ocupadas pelos evangélicos são as de Legislação Participativa (CLP), de Segurança Pública e Combate Ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Viação e Transporte (CVT). Cobiçada por muitos parlamentares e considerada a mais importante, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) já teve por duas vezes o comando de parlamentares evangélicos (Tabela 07).

Tabela 07

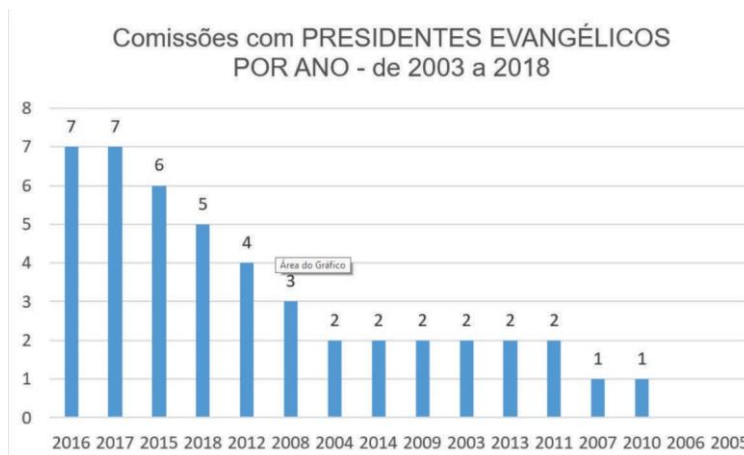
Presidentes evangélicos em Comissões Permanentes de 2003 a 2018



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Observamos também que nos últimos quatro anos analisados houve um aumento significativo no número de presidentes evangélicos nas Comissões, o que basicamente corresponde ao período do processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff – relação esta [impedimento e BE] já estabelecida pela literatura (ver, entre outros, PRANDI; CARNEIRO, 2017 e REBELLO et al, 2019). Entre 2015 e 2018, foram 25 presidentes evangélicos, o que significa 54,3% do universo de 46 presidentes eleitos durante os 16 anos analisados e um crescimento de 119% em quatro anos. Até 2015, a média de presidentes evangélicos por ano era de 3,3, depois de 2015 esta média subiu para 6,25 (Tabela 08).

Tabela 08



Elaboração própria. Fonte: site da Câmara Federal

Feita a análise das posições de poder ocupadas pelos deputados da BE, podemos passar para a DIAP e identificar os “cabeças evangélicos” do Congresso.

OS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS NAS CABEÇAS DO CONGRESSO?

A publicação anual “Cabeças do Congresso”, organizada pelo DIAP, se tornou referência para os estudiosos e agentes políticos e econômicos do país. Trata-se do resultado de um acompanhamento permanente e sistemático sobre o Congresso Nacional, visando traçar um perfil das principais habilidades dos parlamentares que realmente exercem influência no processo decisório⁹.

A metodologia utilizada sustenta-se em critérios qualitativos e quantitativos e envolvem a combinação de aspectos posicionais (institucionais), reputacionais, decisoriais e de não-decisão. Na abordagem posicional, como antecipado na seção anterior, se identifica quem ocupa as posições de mando nas estruturas formais das organizações (no nosso caso, na Câmara Federal). Na reputacional, se distingue “os indivíduos que detêm um poder informal com base na sua reputação”, a partir da informação dada por quem conhece bem o meio sobre as “posições de poder presumidas” (COENEN-HUTHER, 2013, p. 148). Na decisional, também conhecida como “análise de acontecimentos”, objetiva “apreciar o poder a partir de manifestações observáveis, a saber, a aptidão para pesar o curso dos acontecimentos exercendo influência sobre uma decisão a ser tomada” (COENEN-HUTHER, 2013, p. 148).

⁹ Como é lógico, trata-se apenas dos parlamentares que estão no efetivo exercício do mandato.

Por meio desse constructo metodológico, o objetivo é identificar os 100 parlamentares mais habilidosos “para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder, de tal modo que suas preferências, ou do grupo que lideram, prevaleçam no conflito político” (QUEIROZ, 2019, p. 08). Lidando com estas habilidades, os “cabeças” são capazes “de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo” (QUEIROZ, 2019, p. 10), atuando como “operadores-chave” na Câmara dos Deputados.

Para proceder a esta classificação, como dito anteriormente, o DIAP adotou critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos posicionais: o vínculo formal ou o posto hierárquico ocupado na estrutura da organização; reputacionais: a percepção e o juízo que outras pessoas têm ou fazem sobre determinado deputado; e decisoriais; a capacidade de liderar e influenciar escolhas.

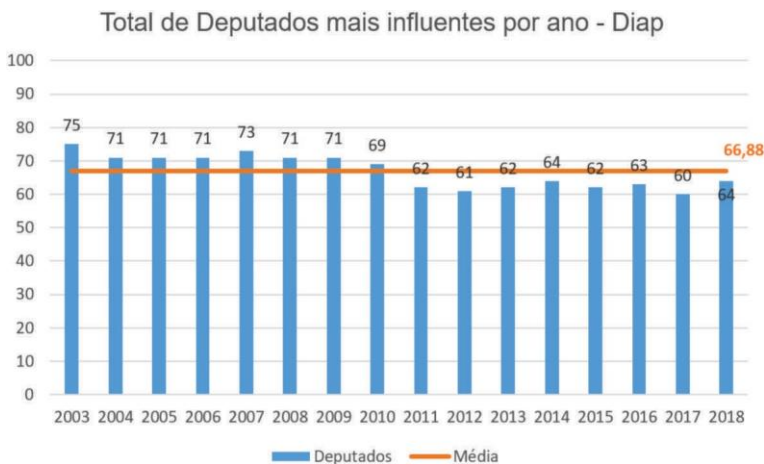
Já os aspectos da não-decisão são caracterizados por ações de bastidores destinadas a ocultar ou criar barreiras ou obstáculos à exposição do conflito, evitando que matérias com potencial explosivo ou ameaçador sejam incluídas na agenda política. A não-decisão envolve a manipulação de regras, procedimentos, instituições, mitos, valores etc. Assim, exerce este tipo de influência, por exemplo, o deputado que “consegue evitar que o processo de coleta de assinaturas para a instalação de uma CPI seja concluído ou mesmo iniciado” ou aquele “cuja simples não-manifestação sobre um determinado assunto pode ser decisivo para que este sequer seja aventado” (QUEIROZ, 2019, p. 10).

Como esclarece Mills, o fato dos integrantes das elites tomarem ou não decisões é menos importante do que o fato de ocuparem posições centrais. Com isso, “el que se abstengan de actuar y de tomar decisiones es en sí mismo un acto que muchas veces tiene consecuencias más importantes que las decisiones que adoptan, porque tienen el mando de las jerarquías y organizaciones más importantes de la sociedad moderna” (MILLS, 1989, p. 12).

Com base nos critérios descritos acima, o DIAP faz entrevistas com senadores e deputados federais; assessores do Congresso; jornalistas, cientistas e analistas políticos. Além disso, é promovido, em relação a cada parlamentar, um exame exaustivo de vários indicadores: atividades profissionais; vínculos com empresas ou organizações econômicas ou de classe; formação e vida acadêmica; pronunciamentos; frequência com que é citado na imprensa; cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso; relatorias de matérias relevantes; forças ou grupos políticos de que faça parte etc.

A partir desta metodologia, de 2003 a 2018, foram 1600 políticos referendados como membros da elite parlamentar brasileira. Destes, 1070 são deputados federais, com uma média de 66,8 deputados federais por ano (Tabela 09).

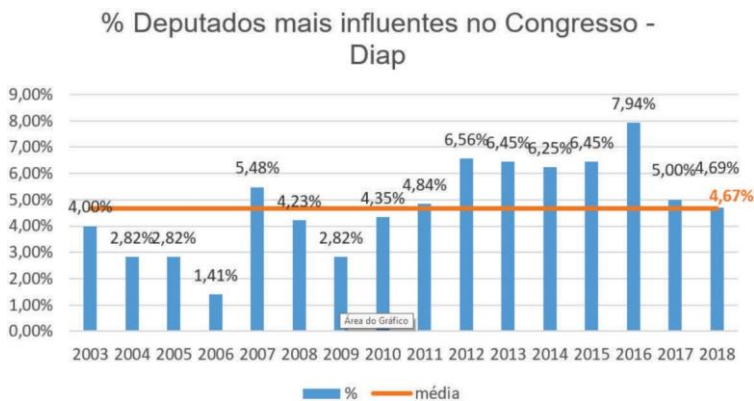
Tabela 09



Elaboração própria. Fonte: DIAP

Em relação ao número de indicações de deputados evangélicos entre os mais influentes, temos um total de 50, ou seja, uma média de 3,13 deputados por ano. Isso significa que dentro do universo analisado temos um percentual de 4,67% (Tabela 10).

Tabela 10

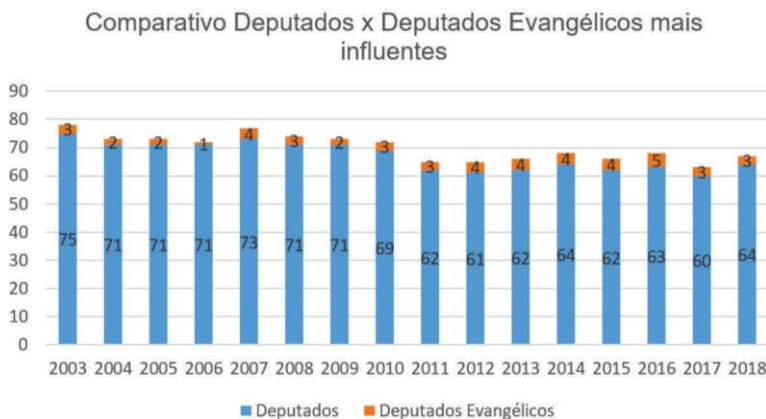


Elaboração própria. Fonte: DIAP

O total de deputados evangélicos entre os mais influentes a cada ano avaliado não se altera muito ao longo do período, mantendo-se entre 1 e 5 indica-

dos, contudo, percentualmente, observa-se uma melhora na performance destes deputados na Câmara a partir de 2012, quando diminui a quantidade total de deputados entre os parlamentares mais influentes, mas permanece a mesma média entre os membros da BE (Tabela 11).

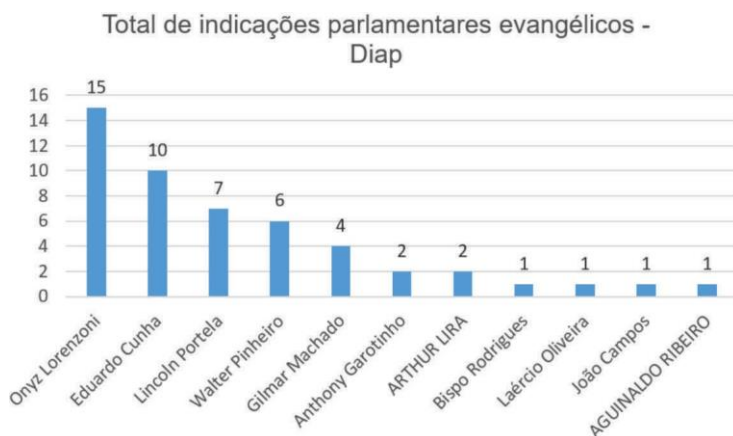
Tabela 11



Elaboração própria. Fonte: DIAP

Contudo, estratificando estes dados, constatamos que, na realidade, trata-se de onze deputados ocupando essas posições e que destes, quatro concentram 78% das indicações: Onyx Lorenzoni, Eduardo Cunha, Lincoln Portela e Walter Pinheiro (Tabela 12).

Tabela 12



Elaboração própria. Fonte: DIAP

CONCLUSÕES

A pesquisa buscou analisar se os deputados da BE se encontram situados na elite parlamentar brasileira. Para tanto, buscamos indicadores tanto a partir da abordagem posicional, observando os lugares ocupados por estes deputados na hierarquia da Câmara Federal, bem como, a partir de uma abordagem combinada utilizada pelo DIAP na pesquisa sobre os “cabeças” do Congresso. Nossa hipótese era a de que os deputados desta Bancada, pelo seu tamanho e exposição midiática, conseguiriam se impor neste seleto grupo da política nacional.

Contudo, a discussão dos dados nos leva a concluir pela não confirmação da hipótese. Ainda que alguns destes parlamentares ocupem esse espaço, ele não é relevante em sua totalidade. Apenas 12% de deputados evangélicos ocuparam cargos nas nove mesas diretoras ao longo do período analisado, sendo que apenas um foi presidente. O restante assumiu, majoritariamente, cargos mais baixos na hierarquia, como os de suplente.

Quanto às Comissões, esse foi o quesito em que os deputados evangélicos se saíram melhor: 42 (10,8%) foram eleitos presidentes para 21 das 25 Comissões, inclusive da mais importante, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que teve por duas vezes sob comando de um parlamentar da BE. Até porque observamos um crescimento entre 2015 e 2018 de 119% com 25 presidentes evangélicos eleitos no período.

No que diz respeito aos “cabeças” do Congresso, apenas 50 vezes (4,67%) os parlamentares da BE foram incluídos lista. Soma-se a esse baixo desempenho, o fato de quatro deputados são responsáveis por quase a totalidade (78%) das indicações. O que indica que há pouca ou nenhuma renovação ou recrutamento de novos nomes entre os membros da Bancada. Assim, a força de arregimentação e mobilização dos deputados evangélicos ainda é pequena.

Um desdobramento da pesquisa aponta para o entendimento deste descompasso entre o tamanho e a visibilidade da BE e sua baixa presença na elite parlamentar. Uma resposta possível talvez esteja na característica, apontada por Quadros e Madeira (2018) e Borges (2009), da heterogeneidade e, como decorrência, da falta de uma forte identidade da BE. Outra questão que se coloca é observar o comportamento desta Bancada ao longo do governo Bolsonaro, favorável às pautas evangélicas, se ela vai responder a este desafio e ampliar seu poder na Câmara dos Deputados ou se ela vai se acomodar à parte do “baixo clero” e a pautas específicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocações com a Política. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 101-117, 2018,.

BORGES, T. Identidade política evangélica e os deputados federais brasileiros. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 149-171, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assessoria de Imprensa. **Comissões**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/comissoes>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CUNHA, Christina Vital da. “Televisão para salvar”: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 199-235, 2017.

COENEN-HUTHER, Jacques. **Sociologia das elites**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

FELISBINO, R. A. **Origem social, perfil de carreira e patrimônio**: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MESSEMBERG, D. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008

_____. **A elite parlamentar do pós-constituente**: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MILLS, C. Wright. **La élite del poder**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1989.

PEREIRA, C; MUELLER, B. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo. O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 15, nº 43, p. 45-67, 2000.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A bem-vinda politização dos pentecostais. **Contexto Pastoral**, São Paulo, v. 4, n.33, p. 6-7, 1996.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 01-21, 2018.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

QUADROS, M; MADEIRA, R. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: Diap, 2019.

REBELLO, Maurício Michel et al O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 449-473, 2019.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 1986.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. **Numen**, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.